

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: um enfoque na Universidade de Brasília

CHARACTERIZATION OF STUDENT ASSISTANCE POLICY: an approach to the University of Brasília

Marcia Costa de Sant'Anna¹, Geraldo Eustáquio Moreira²

Resumo

O presente artigo descreve a política de assistência estudantil enquanto estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais na Universidade de Brasília – UnB, uma vez que, no Brasil, essas diferenças são bastante expressivas. Para tanto, na realização deste estudo foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, partindo-se de um breve histórico em relação às políticas de educação voltadas à democratização do acesso e à garantia da permanência do estudante no ensino superior, com objetivo de analisar como se caracteriza essa política por meio da assistência estudantil na UnB. Os resultados permitiram concluir que a assistência estudantil na universidade supracitada caracterizou-se, principalmente, por meio do oferecimento de programas que corroboram com os objetivos previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, muito embora não se contemple todas as ações previstas no decreto.

Palavras-chave: Universidade de Brasília. Assistência estudantil. Desigualdade social. PNAES.

Abstract

This article describes the policy of student assistance as a strategy for coping with social inequalities at the University of Brasília, since in Brazil these differences are quite significant. In order to do this, the bibliographical and documentary research was used, starting from a brief history in relation to the education policies aimed at the democratization of access and the guarantee of the permanence of the student in higher education, in order to analyze how characterizes this policy through student assistance at UnB. The results allowed us to conclude that student assistance at the aforementioned university is mainly characterized by the offer of programs that corroborate with the objectives set forth in the National Program of Student Assistance - PNAES, although not all the actions foreseen in the decree are contemplated.

Keywords: University of Brasilia. Student assistance. Social inequality. PNAES.

¹ Universidade de Brasília – UnB, Técnico Administrativo - Assistente Social.

² Professor Adjunto da Universidade de Brasília – UnB. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – PPGE/UnB (Mestrado e Doutorado acadêmicos e Mestrado profissional).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1455-6646> E-mail: geust2007@gmail.com

Recebido em 10 de 04 de 2019; Aceito em 10 de Outubro de 2019.

INTRODUÇÃO

A educação exerce um papel de extrema importância na formação da cidadania. Torna o indivíduo mais crítico e consciente, ampliando sua visão de mundo e sua percepção sobre o papel que exerce na sociedade. A educação nos oportuniza não só compreender a realidade tal como ela é, como também atuar, efetivamente, no intuito de transformá-la e buscar condições de participar ativamente na sociedade, incluindo todos os indivíduos na busca de seus direitos (SILVA; FERREIRA; MOREIRA, 2018; MANRIQUE; MOREIRA, 2018).

De acordo com Veloso (2009) a educação é fundamental para o desenvolvimento de um país, em especial, para um país como o nosso, o qual vivencia um contexto de grandes desigualdades sociais, regionais e econômicas, descambando em um nível educacional de baixa qualidade. Além disso, o autor ressalta que há uma priorização inversa em relação aos investimentos nesta área, direcionando mais recursos para o ensino superior do que no fundamental e médio, contribuindo para que a mobilidade educacional no Brasil seja baixa e deficitária.

Dentro desta realidade de desigualdade e precarização do sistema educacional, Silva Júnior e Sampaio (2013) entendem que para os estudantes provenientes de famílias com menor poder aquisitivo, o acesso a educação insere-se como espaço primordial para que haja uma transformação cultural, além da mobilidade social garantindo assim, melhores condições de acesso e oportunidade no mercado de trabalho.

Neste contexto, a educação superior no Brasil vem aumentando as formas de acesso e permanência, visando à equidade de oportunidade entre as diversas camadas da população, através de políticas públicas voltadas aos estudantes oriundos de famílias menos favorecidas financeira ou socialmente (MANRIQUE, MOREIRA, 2018). Assim, como estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais, a política de assistência estudantil torna-se foco deste estudo, pois será analisado como ela se caracteriza na Universidade de Brasília - UnB, já que esta tem por objetivo contribuir para permanência do estudante identificado em situação de vulnerabilidade social, durante a realização do curso de graduação até sua diplomação.

Ressalta-se que a referida estratégia é fruto de políticas públicas educacionais, oriundas de reformas administrativas do Estado, que tem seu histórico marcado, ao longo do século XX, por ações assistencialistas e seletivas, mas que foram evoluindo seu desenho institucional em busca da ampliação de direitos e da inclusão social daqueles que se encontram socialmente excluídos (MOREIRA; MANRIQUE, 2014; MANRIQUE, MOREIRA, 2018).

Para tanto, este estudo faz uma contextualização através dos aspectos históricos, conceituais e legais que discorrem sobre as formulações que embasam as políticas públicas, em especial na área da educação voltadas para o ensino público superior até sua caracterização através da política de assistência estudantil da UnB.

FUNDAMENTOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS NO BRASIL

Segundo Silva Júnior e Sampaio (2010), a pobreza está diretamente relacionada às desigualdades sociais, somada ao baixo nível educacional da população brasileira. De acordo com estes autores este déficit educacional interfere não só no desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, mas no desenvolvimento do país.

O déficit educacional existente nas famílias consideradas pobres geralmente perpassa várias gerações e sob a ótica de Silva Júnior e Sampaio (2010), está associado ao baixo *background* familiar, ou seja, baixo nível de educação formal dos chefes de famílias. Este conceito concebe que, quanto menos estudos os pais de família têm, seus filhos também tenderão a possuir pouca formação educacional, resultando na perpetuação da pobreza. Assim como, no sentido inverso, um maior *background* dos pais gera maior nível de escolaridade para seus filhos. Este movimento circular se fundamenta a partir de um “círculo vicioso” explicado pelo princípio da causação circular e acumulativa.

A teoria do princípio da causação circular e acumulativa supracitada consiste na seguinte explicação: “O conceito envolve, naturalmente, uma constelação circular de forças, que tendem a agir e reagir inter-

dependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza” (MYRDAL, 1960, p 27). Myrdal (1960) explica ainda que, em uma relação circular onde os elementos são positivos, ou seja, quando há uma maior possibilidade de realização de trabalhos intelectuais, mais saúde e maior qualidade na alimentação, por exemplo, há uma acumulação favorável de crescimento e não de declínio, da mesma forma que quando este processo não é favorável à ascensão, as desigualdades tendem a aumentar.

Diante dessa teoria, o Estado tem um papel fundamental na sociedade, já que através das políticas públicas é possível intervir em uma determinada realidade, no intuito de contribuir com a diminuição das desigualdades, sejam sociais, sejam econômicas ou, ainda, de inclusão (MANRIQUE, MOREIRA, 2018). Para Silva Júnior e Sampaio (2010, p. 85) “a maioria destas políticas consiste em transferências monetárias vinculadas a outras ações sociais focadas em públicos específicos”. Estes autores afirmam ainda que, em uma sociedade capitalista, somente através da oferta de renda para o atendimento às necessidades do cidadão é que poderemos alcançar a plena cidadania.

Desta forma, as políticas públicas se constituem como um conjunto de ações oferecidas pelo Estado para promoção e garantias dos direitos dos cidadãos. Dentro desta perspectiva, a política de assistência estudantil tende a realizar ações voltadas à garantia dos direitos à educação e estas vão além da democratização do acesso ao ensino superior. Faz-se necessário investimento financeiro, de forma direta, em elementos que contribuam para o provimento dos recursos essenciais para permanência do estudante na universidade como alimentação, moradia, aquisição de materiais acadêmicos, custos com transporte, dentre outros, com objetivo de reduzir as desigualdades às quais estes estudantes estão submetidos. O inverso disso oportuniza o acesso e a permanência de estudantes de todas as classes e necessidades no ensino superior brasileiro, como apontam distintas pesquisas significativamente atuais (MANRIQUE, MOREIRA, 2018; SILVA; FERREIRA; MOREIRA, 2018; MOREIRA; OLIVEIRA; LOPES; PANTOJA, 2018).

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco para o avanço das políticas públicas, já que esta veio garantir direitos sociais e dentre eles, a educação:

[...] Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] (BRASIL, 1988).

As políticas de educação concretizam-se e solidificam-se através de algumas legislações que surgem para assegurar este direito. No ensino superior, não diferente das demais políticas públicas, sua história vem marcada por uma trajetória de lutas e conquistas.

Neste sentido, elencam-se, abaixo, os principais documentos norteadores das políticas voltadas à educação pública superior, posteriores a Constituição de 1988, já que a partir dela iniciam-se os reconhecimento dos direitos sociais sob a forma de lei, inclusive com grandes contribuições para a assistência estudantil uma vez que esta se tornou uma política de inclusão social, auxiliando na redução das desigualdades sociais através do oferecimento de mecanismos que possam viabilizar a permanência na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, até sua diplomação (MANRIQUE; MOREIRA, 2018).

Antes, porém, de citar as principais legislações que ocorreram após a promulgação da Constituição de 1988, consideramos oportuno mencionar, devido sua relevância, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)¹, que ocorreu no final do ano de 1987,

1 O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e

o qual se configurou como um grande aliado para o fortalecimento e implantação da assistência estudantil no ensino superior.

A Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) surge em 1996. Esta se baseou no princípio universal da educação para todos, após um período de reformas educacionais. Nesta legislação a assistência estudantil encontra apoio em seu 1º princípio do Art.3º que discorre sobre a igualdade de condições tanto para o acesso como também para a permanência do estudante (BRASIL, 1996).

A lei nº 10.172 regulamenta o Plano Nacional da Educação (PNE), de 09 de janeiro de 2001, que vem estabelecer a necessidade de elaboração de planos estaduais, municipais e distrital de educação com duração de dez anos onde, após este prazo, um novo plano deverá ser implementado. Os planos são acompanhados e avaliados por comissão interinstitucional e no que tange ao ensino superior, além da expansão do acesso, estimula a importância de criação de programas de assistência estudantil com o objetivo de subsidiar estudantes socialmente vulneráveis com rendimento acadêmico satisfatório.

No ano de 2004 é instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), sob a lei nº 10.861 que tem por finalidade:

[...] §1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional [...] (BRASIL 2004).

Estudantis (FONAPRACE) foi criado por ocasião do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado de 21 a 23 de outubro de 1987, na cidade de Manaus/AM e congrega os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Ver site: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php/sobre/>

Ressalta-se que de acordo com Sobrinho (2010) a avaliação como instrumento de organização e reforma educacional, produz transformações sociais importantes e tem alcançando um papel relevante não só para o estabelecimento de novas exigências da qualidade no ensino superior, mas também para o surgimento de políticas públicas voltadas para a gestão educacional. Especificamente, neste estudo, enfatizaremos a esfera educacional em nível da assistência estudantil, a qual se insere em uma das dimensões institucionais proposta pelo SINAES, a responsabilidade social, sob o aspecto da inclusão social, em função da importância que esta tem em uma sociedade tão desigual, no tocante ao viés socioeconômico, como o que estamos inseridos, retratado por pesquisadores que investigam a situação do ensino superior brasileiro (MANRIQUE; MOREIRA, 2018; RODOVALHO; PORTO; MOREIRA, 2016; RODOVALHO; MOREIRA; MANÉ, 2018)..

Como uma proposta para democratização do acesso, em 24 de abril de 2007 foi implementado o Decreto nº 6.096 que sanciona o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual objetiva criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, tanto no que se refere à estrutura física como também em relação a recursos humanos, de acordo com seu art.1º. (BRASIL, 2007).

Com objetivo de se obter maior definição e traçar diretrizes para a consolidação da assistência estudantil, o FONAPRACE colaborou, a partir de uma pesquisa sobre o perfil dos estudantes das instituições de ensino superior, com a criação, em 2007, do Plano Nacional de Assistência Estudantil que, em 12 de dezembro do mesmo ano, foi instituído como Portaria Normativa nº 39 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para as universidades federais o qual, logo em seguida tornou-se o Decreto nº 7234 em 10 de julho de 2010:

[...] Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação [...]. (BRASIL, 2010)

Dentro desta perspectiva a assistência estudantil vem como uma vertente da política de inclusão social da universidade para redução das desigualdades sociais, já que se faz necessário não só a democratização do acesso ao ensino superior, mas a garantia da permanência do estudante na universidade até a conclusão de seu curso.

[...] Se a palavra de ordem da década passada foi *expandir*, a desta década precisa ser *democratizar*. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado - as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público - elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados [...] (RISTOFF 2008, p. 45).

O surgimento destas legislações, mais particularmente o REUNI e o PNAES, veio ascender e institucionalizar a assistência estudantil como política pública, disponibilizando recursos orçamentários específicos para as universidades federais, com intuito de garantir não só o acesso, mas também a permanência dos estudantes no ensino superior até sua diplomação.

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNB

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) é um setor vinculado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), responsável pela gestão da política de assistência estudantil na Universidade de Brasília. Suas atividades são voltadas ao planejamento, operacionalização e gerenciamento das ações do PNAES, que se caracteriza, principalmente, além do acolhimento inicial e escuta qualificada de seus profissionais, atra-

vés dos programas de assistência estudantil destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu objetivo é realizar ações voltadas às estratégias de inclusão social, para redução das desigualdades sociais, atuando como instrumento de garantia dos direitos de cidadania dos estudantes.

Para participação nos programas é necessário, inicialmente, a realização de um estudo socioeconômico para verificar se o estudante está inserido em situação de vulnerabilidade social, o qual de acordo com o PNAES são estudantes com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio. Uma vez identificado como estudante Participante dos Programas de Assistência Estudantil (PPAES), estes serão elegíveis para acessar os programas a seguir relacionados.

PROGRAMA BOLSA ALIMENTAÇÃO

É ofertado em parceria com a Diretoria do Restaurante Universitário (DRU), através da gratuidade ao Restaurante Universitário (RU), o qual fornece as três principais refeições diárias - café da manhã, almoço e jantar. Uma vez identificado como PPAES, o estudante tem acesso direto a este benefício, necessitando, apenas, após realização do estudo socioeconômico, assinar o Termo de alimentação². Este benefício é extensivo a todos os estudantes PPAES. Desde agosto de 2015 a UnB possui RU em todos os seus *campi*.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ESTUDANTES DO PROGRAMA MORADIA DA GRADUAÇÃO

Este auxílio é uma ação complementar ao Programa Bolsa Alimentação, específico aos estudantes que participam do Programa Moradia Estudantil da graduação, na Casa do Estudante Universitário (CEU). Referido auxílio é destinado em pecúnia, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais)/dia para os dias em que o R.U. não funciona (finais de semana e feriados).

2 O Termo de alimentação é um documento assinado pelo estudante considerado PPAES. Ou seja, após a finalização de seu estudo socioeconômico, o estudante que se torna elegível a participar dos programas, assina o referido documento para que possa acessar gratuitamente ao RU.

PROGRAMA AUXÍLIO SOCIOECONÔMICO - PASE

É a concessão de um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Tem a finalidade direta de contribuir na redução das desigualdades sociais com objetivo de subsidiar a permanência do estudante, na universidade, até sua diplomação. Possui edital próprio. É realizada uma seleção, a partir do número de vagas disponíveis, de acordo com os recursos do PNAES destinados a este fim.

PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL DA GRADUAÇÃO - PME-G

Este programa é destinado sob duas modalidades: em forma de vagas nos apartamentos da Casa do Estudante Universitário (CEU) e através de pecúnia, com repasse mensal de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

A primeira modalidade é ofertada aos estudantes cujas famílias não residam e nem possuam imóvel próprio no Distrito Federal e cujos cursos forem ofertados no campus Darcy Ribeiro. A CEU é composta por dois blocos com 90 (noventa) apartamentos do tipo duplex. Destes, dois são adaptados para portadores de necessidades especiais. Os apartamentos são organizados para receber quatro estudantes, totalizando 360 (trezentos e sessenta) vagas.

A segunda modalidade é destinada quando não houver vagas na CEU e na existência de quotas em pecúnia, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Com exceção do Campus Darcy Ribeiro, que é o único que possui residência universitária, este programa é disponibilizado apenas através de pecúnia. Possui edital próprio.

PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO- PME-PG

É destinado aos estudantes de pós-graduação *stricto-senso* (mestrado e doutorado) dos cursos presenciais que não residem e não possuem imóvel no Distrito Federal. É ofertado através de moradia temporária em vagas de apartamentos disponíveis no bloco "K" da Colina, no campus Darcy Ribeiro. São 18 (dezoito) apartamentos, com quatro vagas ofer-

tadas em cada um deles, totalizando 72 (setenta e duas) vagas. Ressalta-se que o programa moradia da pós-graduação é financiado pela Fundação Universidade de Brasília - FUB, uma vez que os recursos do PNAES são específicos para estudantes dos cursos de graduação.

PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL

Consiste no auxílio em forma de recurso financeiro no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este programa dispõe de uma resolução específica e que contempla estudantes que não estejam inseridos nos programas de assistência estudantil da Universidade. Está previsto para situações emergenciais e inesperadas e o valor somente é concedido após entrevista com assistente social para análise e parecer social sobre a situação. O estudante poderá receber até o limite de três auxílios no semestre, caso a situação de vulnerabilidade inicial persista.

PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA - MEC

É um auxílio financeiro proveniente direto do governo federal, através do Ministério da Educação - MEC, com objetivo de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social de cursos de graduação com carga horária a partir de 5 horas/dia. Para este público é pago uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Além destes, a bolsa também é destinada à todos os estudantes indígenas e quilombolas e em razão de suas especificidades (como condição geográfica, costumes, línguas, entre outros), o valor da bolsa é de R\$900,00 (novecentos reais). Atualmente, o MEC não está realizando inserções de novos estudantes no programa que não sejam indígenas e quilombolas.

PROGRAMA DE ACESSO À LÍNGUA ESTRANGEIRA

Desenvolvido em parceria com a Escola UnB Idiomas. É disponibilizado até duas vagas, por turma, aos estudantes PPAES, com isenção das mensalidades. O

número de vagas disponibilizadas, por semestre e, ainda, os termos para seleção dos estudantes são elaborados e publicizados pela própria escola UnB Idiomas.

PROGRAMA VALE-LIVRO

Desenvolvido em parceria com a Editora UnB, onde são oferecidos cinco vales por semestre letivo, os quais dão direito a 10% de desconto, além do desconto de 40% já oferecido a todos os estudantes da UnB, para compra de livros na editora supracitada.

OUTROS TIPOS DE ASSISTÊNCIA

Além dos muitos programas anteriormente citados, a Universidade de Brasília conta com outros tipos de atendimento que visam assegurar os direitos e a manutenção do aluno durante sua permanência. Existe o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos – CAEP; o atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais; o núcleo de atendimento ao estudante em vulnerabilidade, entre outros.

Esses núcleos, mais voltados à inclusão e à inserção social, têm primordial importância, haja vista que são responsáveis por um trabalho que assegura a igualdade de oportunidade; a igualdade de direitos; a inclusão social; a inclusão das pessoas com necessidades especiais; o atendimento psicopedagógico, entre outros, que também podem ser responsáveis pelo abandono do estudante no ensino superior, como vem apontando diversas pesquisas (MOREIRA; MANRIQUE, 2014; MANRIQUE, MOREIRA, 2018; SILVA; FERREIRA; MOREIRA, 2018; MOREIRA; OLIVEIRA; LOPES; PANTOJA, 2018; RODOVALHO; PORTO; MOREIRA, 2016; RODOVALHO; MOREIRA; MANÉ, 2018).

ABRANGÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB

Este estudo está fundamentado no relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), do ano de 2015, da Universidade de Brasília. Referido documento, dentre outros assuntos, faz um levantamento dos últimos anos, do número de estudantes participantes dos programas de assistência estudantil e da equipe que compõe a DDS. Além disso, enquanto assistente social desta diretoria, desenvolvemos atividades diretamente relacionadas ao atendimento do estudante e

despertou-nos o interesse na temática devido a percepção da importância desta política na vida acadêmica dos estudantes contemplados, já que eles buscam a redução das desigualdades sociais, minimizando a evasão e contribuindo para a garantia da permanência do estudante, na universidade.

Como dados que nos auxiliaram na definição deste artigo, seguem tabelas com os quantitativos de estudantes que foram contemplados através da assistência estudantil, nesta universidade, nos últimos anos. De acordo com eles podemos observar o crescente aumento da demanda de estudantes que são considerados PPAES. Na tabela 1, verificamos que o número de estudantes PPAES cresceu em média 20,24% a cada ano, de 2011 a 2015.

Tabela 1: Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil - 2011 a 2015

Ano	Participantes dos Programas	Varição %
2011	1.972	-
2012	2.604	32%
2013	3.216	24%
2014	4.182	30%
2015	4.816	15,2%

Fonte: Relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB– 2015

Por sua vez, na Tabela 2 pode-se observar o mesmo quantitativo da tabela anterior, porém especificado por campus.

Tabela 2: Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil por campus - 2011 a 2015.

ANO	Darcy Ribeiro	FCE	FGA	FUP	Total
2011	1.322	320	142	188	1972
2012	1.735	404	165	300	2604
2013	2.031	431	294	460	3216
2014	2.503	497	337	845	4182
2015	3.121	511	348	836	4816

Fonte: Relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB- 2015

Tendo em vista que além do Programa de alimentação, o Auxílio Socioeconômico - PASE e o Programa de Moradia Estudantil da graduação - PME-G são os programas de maior destaque e procura, segue a ilustração do quantitativo de estudantes contemplados em cada um deles. Na tabela 3, abaixo, tem-se o número dos auxílios socioeconômicos (PASE) disponibilizados entre 2011 e 2015.

Tabela 3: Estudantes contemplados com o PASE – 2011 a 2015

Ano	Auxílio Socioeconômico		
	Novas Vagas	Total	Varição
2011	556	1006	-
2012	200	1206	19,9%
2013	280	1480	22,7%
1º/2014	452	1938	30,9%
2º/2014	458		
1º/2015	433	2432	25,5%

Fonte: Relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB- 2015

Ainda sobre o PASE, conforme o relatório de gestão da DDS, em 2º/2015 houve atraso no processo de publicação do edital, seleção dos candidatos e resultado deste programa, devido greve dos servidores técnico-administrativos (que iniciou em maio e finalizou apenas em outubro/2015). Desta forma, o resultado só foi divulgado no início do ano de 2016 e, portanto, a tabela acima não descreve a totalidade de estudantes contemplados com o referido programa ao longo de 2015. Porém, após a finalização do processo seletivo do segundo semestre de 2015, houve a inserção de mais 414 (quatrocentos e quatorze) estudantes.

Em relação ao Programa Moradia Estudantil da graduação - PME-G, percebe-se que o maior aumento no número de acesso, se deu em 2014. Nesse ano, houve durante o segundo semestre, a reinauguração da CEU o que oportunizou a oferta de mais vagas no programa, segue tabela 4, com o detalhamento das informações:

Tabela 4: Estudantes contemplados com o PME – G

Ano	Moradia Graduação	
	Total	Varição
2011	482	-
2012	467	-3,1%
2013	717	53,5%
2014	1126	57,0%
2015	1197	6,3%

Fonte: Relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB- 2015

De acordo com as tabelas acima, percebe-se que os programas de assistência estudantil oferecidos são, a cada semestre, mais requisitados, pois à medida que há uma maior democratização do acesso ao ensino superior, expande-se também o número de estudantes que buscam suporte junto à diretoria supracitada.

Assim, importante se faz verificar, além dos programas oferecidos, se a infraestrutura e o corpo técnico também estão se expandindo para maior abrangência e celeridade nos atendimentos realizados. Para esta verificação apresentamos, na tabela 5, os dados em relação à equipe técnica que compõe a diretoria em questão, em cada um dos *campi* referente ao ano de 2015:

Tabela 5: Profissionais da DDS por Campus - Cargo, Tipo de Vínculo com a UnB – 2015

Profissionais	CEU	Darcy Ribeiro	FCE	FGA	FUP
Servidores					
Assistentes Sociais	2	8	2	2	3
Assistente Administrativo	1	2	-	-	-
Administrador	-	1	-	-	-
Enfermeira	-	-	-	-	1
Estatístico	-	1	-	-	-
Pedagogas	-	3	-	-	-
Técnico em Assuntos Educacionais	-	-	-	-	1
Secretárias Executivas	-	2	-	-	-
Funções de Confiança					
Diretor (CD-4)	-	1	-	-	-
Coordenador Administrativo (FG-1)	-	1	-	-	-
Coordenador SME/CGCEU (FG-1)	-	-	-	-	-
Coordenador SPS (FG-1)	-	-	-	-	-
Assistente de Direção (FG-2)	1	-	-	-	-
Terceirizados					
Contínuo	-	-	-	-	-
Auxiliar Técnico	-	1	-	-	-
Auxiliar Administrativo	-	1	-	-	-
Estagiários					
Estagiário de Graduação	1	3	-	1	1
TOTAL	6	25	2	4	6

Fonte: Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social de 2015- DDS

Na tabela 6, logo abaixo, segue um comparativo entre total do número de servidores/terceirizados/contratos informais/estagiários dos anos de 2013 a 2015:

Tabela 6: Profissionais da DDS Comparativo - Cargo, Tipo de Vínculo - 2013 a 2015

Profissionais	2013	Novas contratações	Saídas	2014	2015
Servidores					
Assistentes Sociais	9	10	3	16	17
Assistente Administrativo	1	2	-	3	4
Administrador	1	1	1	1	2
Enfermeira	1	-	-	1	1
Estatístico	-	1	-	1	1
Pedagogas	2	1	-	3	3
Técnico em Assuntos Educacionais	1	-	-	1	1
Secretárias Executivas	-	-	-	-	2
Funções de Confiança					
Diretor (CD-4)	1	-	-	1	1
Coordenador Administrativo (FG-1)	1	-	-	1	1
Coordenador SME/CGCEU (FG-1)	1	-	-	1	1
Coordenador SPS (FG-1)	-	1	-	1	1
Assistente de Direção CGCEU (FG-2)	-	1	-	1	1
SICAP¹					
Assistentes Sociais	6	3	9	-	-
Assistente Administrativo	3	-	-	3	-
Terceirizados					
Contínuo	2	-	-	2	-
Auxiliar Técnico	1	1	1	1	1
Auxiliar Administrativo	-	1	-	1	1
Estagiário Técnico	1	-	1	-	-
Estagiários					
Estagiário de Graduação	7	4	5	6	6
TOTAL	38	26	20	44	44

Fonte: Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social 2015 - DDS

Conforme tabela acima, houve um aumento considerável da maior parte dos servidores técnico-administrativos, assim como por parte dos estudantes contemplados na assistência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto entende-se que a democratização do acesso tem oportunizado que pessoas de todas as classes sociais acessem o ensino superior e os programas de assistência estudantil tem sido importante aliado junto aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no sentido de subsidiar a permanência dos mesmos e, portanto, contribuir para minimização das desigualdades sociais.

No caso da UnB percebe-se um aumento importante da oferta de vagas nos programas de assistência estudantil oferecidos, demonstrando que houve a expansão não só do acesso à universidade, mas também a ampliação do público contemplado com os programas, já que é necessário fornecer condições de permanência para conclusão, com sucesso, do ensino superior. De todo modo, a assistência estudantil continua sendo muito seletiva, não sinalizando indícios de que possa vir a tornar-se universal, ou seja, atingindo a todos que dela necessitar.

A partir dos elementos descritos neste estudo, verificou-se que, de acordo com as tabelas 1, 3, 4 e 6, nos anos de 2011 a 2015, houve aumento de vagas nos programas oferecidos e, conseqüentemente, do número de estudantes atendidos com um crescimento bastante significativo, já que esta expansão variou de 1.972 (um mil novecentos e setenta e dois) para 4.816 (quatro mil oitocentos e dezesseis).

No que se refere ao número de profissionais lotados na DDS, apesar de ter havido aumento em seu quantitativo, este não acompanha o crescimento exponencial de estudantes atendidos no decorrer dos anos.

Quando se analisa, isoladamente, os profissionais da área de serviço social, apesar de termos observado novas contratações em 2014 e 2015, entende-se que este crescimento não acompanhou o quantitativo de estudantes contemplados na DDS, já que os processos de trabalho desta diretoria, em especial, para inserção dos estudantes na assistência estudantil demandam várias rotinas a estes profissionais, como a verificação manual de todas as documentações entregues por cada um dos estudantes que almejam sua participação na assistência estudantil.

Estas ações são bastante burocráticas e geralmente possuem prazo de finalização específico, visto que os programas são regidos por editais.

Na área da Pedagogia, apesar de ter aumentado em 50% o seu corpo técnico (que variou de dois para três profissionais), o quantitativo de pedagogas, com os novos direcionamentos em relação a este fazer profissional, como o acompanhamento pedagógico aos estudantes ainda está a desejar, pois seria necessário, pelo menos, um profissional desta área em cada um dos outros *campi*, já que, devido o maior número de estudantes contemplados pela assistência estudantil estarem no Campus Darcy Ribeiro, todas as pedagogas estão lotadas no campus em questão.

Ressalta-se ainda que além destes dados, de 2011 até os dias atuais, não houve alteração de localização e infraestrutura destinadas a esta diretoria. A DDS localiza-se no subsolo da reitoria - Campus Darcy Ribeiro onde não há cabines de atendimentos individuais para todos os profissionais que atendem ao público, o que fragiliza o sigilo das informações durante os atendimentos e escutas qualificadas. Nos demais *campi* também não ocorreram modificações na estrutura física do espaço destinado à assistência estudantil.

Com o advento do PNAES em 2010, a assistência estudantil adquire *status* de política pública financiada com recursos da união, a partir de dotação orçamentária específica, através de fundo próprio destinado a esta finalidade a todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com isso, pode-se diversificar e ampliar os programas de assistência estudantil no ensino público superior.

Ainda, de acordo com o decreto Nº 7.234/10, art. 3 estão renunciadas ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso e aprendizagem aos portadores de deficiência e demais transtornos do desenvolvimento. A previsão dessas ações contribui para a oferta de atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, evitando práticas assistencialistas, a retenção e a evasão acadêmica.

A caracterização da assistência estudantil na UnB forma-se, principalmente, através de programas que contemplam várias ações previstas no PNAES, porém não atende todas elas. Ainda se faz necessário, além da ampliação do acesso aos programas existentes, a oferta de novos programas que contemplem apoio à saúde, creche, transporte, cultura, esporte e aprendizagem dos portadores de deficiências e outros déficits. Atualmente a DDS em parceria com o CAEP, têm desenvolvido um grupo aberto de acolhimento aos estudantes participantes do PME-G da modalidade pecúnia, tem em vista estarem distantes da sua base familiar de apoio e o grupo semanalmente discute assuntos relacionados a vida acadêmica, social, familiar e demais aspectos do cotidiano.

Entende-se que a DDS ainda caminha no sentido de buscar muitos avanços, inclusive burocráticos, para que possa ser mapeado e implementado uma rede de apoio, serviços e programas que contemplem todos os aspectos do PNAES, de forma articulada, já que a própria UnB oferece várias dessas ações em setores específicos, mas de forma isolada da assistência estudantil pois só assim a política de assistência estudantil da UnB poderá contribuir para sua expansão e, conseqüentemente, para uma maior visibilidade da importância de suas ações, já que estas auxiliam diretamente no combate às desigualdades sociais, evitando a retenção e evasão dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa teve o apoio da Universidade de Brasília – UnB; da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF, financiadora do Projeto de Pesquisa Formação do Professor de Matemática na Perspectiva da Educação do Campo: formação e prática docente, didáticas específicas de Matemática e acompanhamento da aprendizagem do aluno e também recebeu incentivo do Grupo de Pesquisa *Dzeta* Investigações em Educação Matemática – DIEM.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Constituinte, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação 2001. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 abril de 2004**. Brasília: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em: 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 25 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em : 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39 de 12 dezembro de 2007**. Brasília: Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 19 de julho de 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em:<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823931/decreto-7234-10>> Acesso: 03 de junho de 2017.

DA SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato e SAMPAIO, Yony. Notas sobre Pobreza e Educação no Brasil. **Revista Problemas del desarrollo**, v. 41, n. 163, México oct-dic 2010. p.75-96.

DA SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato; SAMPAIO, Yony. Po-

breza e demanda por educação no Brasil: uma análise à luz da Teoria do Capital Humano. **Ensaios FEE**. Porto Alegre. v. 34, n.1, jul. 2013.p.123-148.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): Do provão ao SINAES. **Avaliação**. Sococaba, SP, v.15, n. 1, mar.2010.p.195-224.

DRAIBE, Sônia M. O WelfareState no Brasil: características e perspectivas. **Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, 1992.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **CADERNOS Gestão Pública e Cidadania**, n. 48, p. 43-66, 2006.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 116-148, jan./abr. 2016.

MANRIQUE, Ana Lúcia; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Access and permanence conditions for students with special educational needs in brazilian higher education. In: Jaimie Hoffman; Patrick Blessinger; Mandla Makhanya. (Org.). **Contexts for diversity and gender identities in higher education: international perspectives on equity and inclusion**. 1ed., Inglaterra: Emerald Publishing Limited, 2018, v. 12, p. 13-28.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio; MANRIQUE, Ana Lúcia. Challenges in Inclusive Mathematics Education: Representations by Professionals Who Teach Mathematics to Students with Disabilities. **Creative Education**, v. 05, p. 470-483, 2014.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio; OLIVEIRA, Míriam Aparecida Mesquita; LOPES; André Vaz; PANTOJA, Maria Júlia. Concepção de suporte organizacional e intenção de rotatividade com base na literatura. **Sociedade e Cultura**, v. 21, 2018.

MYRDAL, Gunnar. **Teorias Econômicas e Regiões Subdesenvolvidas**. Trad. Ewaldo Correia Lima. Textos de Teoria Contemporânea, 1960.

RISTOFF, Dilvo. A educação superior no Brasil: dez anos pós-LDB: da expansão a democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília da Costa (Orgs). **Educação superior no Brasil: dez anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. P.39-50.

RODOVALHO, Maurício R.; MOREIRA, Geraldo Eustáquio; MANÉ, Djiby. Concepções de professores sobre Educação Inclusiva no ensino superior privado. **Revista Eccos**, São Paulo, n. 45, p. 255-272, jan./abr. 2018.

RODOVALHO, Maurício. R.; PORTO, Marcelo Duarte; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Inclusão no ensino superior privado: o caso das senhoras que retornam às salas de aula depois de anos de afastamento. **Revista De Magistro de Filosofia**, v. 20, p. 52-63, 2016.

SANABIO, Marcos Tanure; MACHADO, Carla Silva; MANGALDI, Carolina Alves; ASSIS, Anna Carolina Lili. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, Edição Especial, Florianópolis, p. 125-146, 2013.

SILVA, Flávia Alves da; FERREIRA, Jeanne Michelle Matozinhos de Carvalho; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. O regime de cooperação federativa da política educacional: uma análise a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FUNDEB. . **Itinerarius Reflectionis** (Online), v. 14, n. 2, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social de 2015**. Brasília: DDS-DAC. 2015.

VELOSO, Fernando et ali (Orgs). **Educação Básica no Brasil: natureza, causas, origens e soluções**. Editora Campus, 2009.